

ANIMAÇÃO CULTURAL NO PROJETO DOS CIEPs: CONTEXTO E FATOS NO I E II PROGRAMAS ESPECIAIS DE EDUCAÇÃO

Bruno Adriano R. da Silva – PPGE / UNIRIO
1- Políticas Educacionais e Movimentos Sociais

Este artigo, é valido ressaltar, origina-se de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Inicialmente, apresentamos elementos existentes no discurso oficial da proposta de animação cultural, desenvolvida nos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs -, no âmbito dos Governos de Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro (1983-86 e 1992-95). Após essa apresentação, apontamos elementos a serem desenvolvidos por essa pesquisa, como nossas questões, objetivos, justificativas e metodologia a ser trabalhada.

Ressaltamos que este estudo, por se encontrar em desenvolvimento, conta com uma série de reflexões ainda incipientes, mas que de modo algum deixam de ter sua importância visto, principalmente, o caráter adotado para o seu prosseguimento - o da criação de mecanismos que nos permitam aprofundar cada elemento pertinente ao corpo teórico-metodológico deste trabalho.

Discurso Oficial e Animação Cultural nos CIEPs

Considerados como verdadeiras “escolas-casas”, os CIEPs evidenciavam a incapacidade da escola pública tradicional, “capacitada” para mascarar a realidade social da maior parte de seus alunos, egressos dos segmentos sociais menos favorecidos. Caberia a estes centros, indo contra essa realidade, favorecer a implantação de uma educação pública de qualidade, que expressasse, inclusive, a real necessidade de atendimento e de integração social das comunidades com o conjunto escolar. Paro (1988) afirmava, à época, e seguindo o discurso oficial dos CIEPs, que esta escola pública era antipopular, e que sua natureza caracterizava-se por ser totalmente discriminatória, principalmente pelo exíguo tempo de atendimento às crianças, no processo educacional. Nesse sentido, Ribeiro (1986) também afirmava que :

É inviável educar crianças desnutridas? Então o CIEP supre as necessidades alimentares de seus alunos. A maioria dos pais de seus alunos não tem recursos financeiros? Então o CIEP fornece gratuitamente os uniformes e o material escolar necessário. (...) Paternalismo? Não: políticas realistas, exercidas por quem não deseja ver a educação das classes populares reduzida à mera falácia ou o que é pior a educação nenhuma.(p. 48).

Perceber as demandas e contribuir com a comunidade situada no entorno dessas escolas facilitaria a participação popular no processo educativo, colocando a ação reflexiva da vida social à frente dos ideais da escola conservadora, visando a participação e a emancipação dessa classe social desfavorecida frente a uma realidade desigual e sem perspectivas de inclusão. Assim, se o quadro educacional a ser implementado e pensado por Darcy Ribeiro relacionava-se diretamente com os universos sociais, culturais e com as premissas básicas da vida em sociedade, entende-se a necessidade de uma reviravolta em todo o sistema educacional, possibilitando um pensar comprometido com as demandas evidenciadas.

Justamente por esses, entre outros fatores, o projeto dos CIEPs explorava as manifestações de ordem comunitária, através de atividades que, para além de preencherem o tempo integral de permanência da criança na escola, criariam uma nova atmosfera de realização / participação escolar frente à comunidade. Para isso, caberia à Animação Cultural enquanto elo integrador, dentre outras atividades, efetivar e abrir um canal consistente de diálogo com a comunidade do entorno da escola.

Nessa perspectiva, explanando sobre as potencialidades presentes na Animação Cultural, Darcy Ribeiro (1986) afirmava a existência de uma certa simbiose entre educação e cultura: “a cultura irriga e alimenta a educação, que por sua vez é um excelente meio de transmissão da cultura” (p. 133). Dessa maneira, como afirmamos anteriormente, os CIEPs voltavam-se para o que a escola tradicional renega - os valores culturais *de* e o diálogo *com* uma comunidade.

Percebendo e reforçando essa demanda, a Animação Cultural, mais do que apenas orientar, pretendia instrumentalizar e possibilitar uma maior propagação das manifestações culturais a essa população, normalmente distante dos sistemas formais de ensino e não poucas vezes entregue a atividades marginais. Ribeiro (1986) trabalhava com essa idéia, explanando-a de forma oficial no regimento interno dos CIEPs, no capítulo X, art. 60, incisos 1º e 2º:

Art. 60 - O programa de animação cultural, desenvolvidos nos CIEPs, busca concretizar o trabalho de cultura. § 1º. – Os coordenadores de animação são produtores de cultura, articulam a cultura local e a trabalhada na escola. § 2º. - Os animadores culturais são em número, de pelo menos, 3 por CIEP. (p. 147)

Darcy Ribeiro, através dos CIEPs, desejava a transformação da escola em um espaço inteiramente democrático, mesclando o processo educacional formal à vida comunitária e integrando alunos, pais, vizinhos, artistas e professores em um processo igualitário de tomada de consciência perante as condições sociais existentes, e conseqüentemente, as desigualdades por elas formuladas.

Assim, eram efetivadas relações com indivíduos comprometidos permanentemente com o fazer cultural da comunidade, onde a necessidade social local exerceria uma função prioritária nas atividades desenvolvidas pelos animadores culturais “egressos de grupos de teatro, de música, de poesia de movimentos criados espontaneamente ou de associações comunitárias” (Ribeiro, 1986, p. 134), e devidamente vinculados, preferencialmente, com os movimentos de base locais. Estes fariam florescer capacidades de organização presentes na comunidade compreendendo, nesse aspecto, possibilidades de emancipação e de organização social.

Logo, caberia ao animador cultural fazer existir aspectos da cultura popular dentro dos espaços formais de ensino caracterizando o entendimento sobre a transformação da escola em um grande centro cultural. Ribeiro (1986) expressa bem sua idéia para a animação cultural, quando trata das contribuições planejadas pela equipe de pessoas que a representavam:

Enquanto produtores de cultura dentro dos CIEPs, passam a não conviver mais somente com a educação não formal, isto é, com sua prática fora da escola. E, como sua ação precisa, sistematizada e bem estruturada, os animadores são previamente treinados para que as duas formas de ação pedagógica – formal e não-formal – ocupando o mesmo espaço possam caminhar juntas. Através de reuniões com a equipe central da Secretaria de Estado de Ciência e Cultura e da Secretaria Municipal de Educação, os animadores, durante três meses, aprofundam questões relativas à cultura brasileira e às diversas linguagens expressivas, assim como fundamentam aspectos do processo de arte-educação e de animação cultural. (p. 135)

Com isso, compreende-se que a animação cultural possuía um potencial constitutivo em um diversificado campo de atuação, situado principalmente no que diz respeito às manifestações culturais da comunidade. Isso possivelmente possibilitaria o contato da comunidade com sua própria cultura.

Resgatando a animação cultural e construindo novas possibilidades

Diante de todos os elementos citados, vale-nos resgatar esse ambiente escolar ainda intocado no campo acadêmico da educação. Mais do que isso, vale-nos compreender a temática da animação cultural enquanto uma prática educativa, implementada e vivenciada por uma série de atores que construíam, diariamente, novas perspectivas para o espaço da escola, buscando avaliar suas dificuldades e também suas formas de atuação. Nesse sentido, lembramos que nós, homens, somos produtos de nossa própria história e que, notadamente no âmbito da animação cultural, relações foram efetivadas e histórias foram construídas.

Assim, mais do que possibilitar novos olhares sobre a animação cultural, este estudo busca desvendar como, no atual estágio dos CIEPs, após anos de sucateamento e de descaso - por parte dos governos municipais, estaduais e federais - para com o mesmo e a educação de uma forma mais ampla, alguns centros ainda desenvolvem quase que em sua plenitude, atividades como a animação cultural, da mesma forma como originariamente esta foi pensada. Essa atividade continua sendo desenvolvida, em alguns casos, com artistas da comunidade realizando seu trabalho no interior das escolas e exercendo a função de um autêntico animador cultural, com as estruturas dos CIEPs colocadas a serviço da comunidade para a realização de festejos, exposições e oficinas, funcionando como grandes centros de produção comunitária, entre outras possibilidades de trabalho efetivo.

Como hoje, após significativas leituras sobre a política dos CIEPs, intelectuais, diretores de escolas, pais e alunos¹ ainda reivindicam o projeto original da década de 80, pensado por Darcy Ribeiro? Neste estágio, mais do que sermos nostálgicos, este estudo se justifica pela sua própria atualidade. A proposta dos CIEPs que buscava, através de suas

¹ Sobre esta afirmação, podemos exemplificar com a série de reportagens sobre os CIEPs, divulgada pelo Jornal "O Globo", do Rio de Janeiro, no período de 28/05 a 04/06/2006, em virtude dos 21 anos da primeira turma iniciada nestes Centros. Ver também o artigo: CAVALIERE, Ana Maria e COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa: **Para Onde Caminham os CIEPs? Uma Análise após 15 Anos.** Cad. Pesquisas, 2003, No. 119, p. 147 – 174. ISSN 0100 -1574.

práticas educativas, ampliar o acesso comunitário à escola, mantêm-se ainda como ponto de pauta de políticas públicas para a educação, porém materializando-se em outras formas. Portanto, pensarmos e olharmos para a história destes Centros, nos coloca diante do desafio de repensarmos nossas políticas educacionais e nossa própria escola pública, visando à formulação de outras políticas sócio-educativas e culturais.

A História Oral como Desafio

Entendida em suas mais diversas formas de atuação, a História Oral (HO), mais do que servir como instrumento para o resgate histórico do programa de Animação Cultural, será colocada neste estudo enquanto uma possibilidade de dar voz àqueles que, por fora da institucionalidade do Estado, construíram e materializaram essa experiência em um determinado momento histórico. Falamos em um resgate através de seus idealizadores, que em algum momento colocaram-se como “porta-vozes” do Estado e dos primeiros animadores culturais.

Em discussões recentes sobre a HO no Brasil, muitas são as afirmativas sobre o seu caráter no interior da comunidade acadêmica. Fala-se em uma metodologia militante voltada para os “de baixo”, para os excluídos socialmente e para uma tomada de posição por parte do historiador. Reivindica-se, também, um certo distanciamento por parte de quem pratica a HO, o que Joutard (2000) classifica como “uma história oral acadêmica” (p. 37), baseada na transformação da memória dos excluídos para um ponto de vista mais histórico. Particularmente, mesmo que de forma ainda incipiente, familiarizamo-nos com a primeira possibilidade.

Eis as questões desta aproximação e dos desafios presentes na HO. Primeiramente Portelli (2000), dialogando com os movimentos de resistência, no século XX, afirma “(...) que a metodologia é uma extensão da política” (p. 69). Esse autor refere-se, com esta afirmativa, ao fato de que a HO, enquanto metodologia, toma forma e posição a partir de seu aparato político, ou seja, sobre quem está por trás da interpretação dos relatos. Parece-nos que, nesse momento, podemos abrir um diálogo, e apontar elementos que comecem a dar corpo ao que vamos chamar, nesse estudo, de uma *história inteligível*.

Na busca por dar clareza à análise do real, usamos a HO enquanto um excelente recurso de desnudamento da experiência não documentada, da história dos “invisíveis”. Contudo, seguindo as interpretações de Thomson (2000) sobre as críticas referentes à confiabilidade destes relatos, afirmamos que, mesmo diante da memória ou simplesmente

de fontes documentais, alterações tendenciosas podem ocorrer, o que não nos livra de uma tomada de posição frente aos depoimentos que neste estudo serão coletados.

Outro elemento central que se coloca, também, como resposta à “imprecisão” da HO, vai de encontro à tendência que caracteriza a mesma enquanto método de análise, ou seja, de interpretação das memórias e da consolidação destas enquanto **história**. Marx (2005), em *A Ideologia Alemã*, afirma a necessidade de entendermos os elementos históricos dentro do “processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata” (p. 65). Isto quer dizer que a análise materialista da história, seja ela documental ou memorial, busca conceber o mundo em sua totalidade, ou seja:

(...) – a natureza e a história – como ele se apresenta a todo aquele que o aborda, sem quimeras idealistas e preconcebidas; decidido-se a sacrificar implacavelmente, todas as quimeras idealistas que não concordassem com os fatos, encarados estes em seu próprio encadeamento e não numa concatenação imaginária. (Engels, 1975, p.104)

Nesse sentido, acreditamos que a veracidade e a coerência das análises, a partir do resgate histórico feito por meio da HO, irão basear-se, politicamente, no método utilizado - o materialismo histórico. Não que uma análise comparativa entre fontes documentais e as próprias narrativas dos entrevistados não seja importante para a consolidação científica do estudo. Porém acreditamos que, centralmente, o comprometimento e a tomada de posição frente à realidade concreta sejam os elementos de maior confiabilidade na análise proposta.

Portanto, para o desenvolvimento e consolidação do que denominamos como uma história inteligível, lançaremos mão do recurso da HO enquanto “um instrumental que sem perder de vista os indivíduos em atividade, mediasse a apreensão deste âmbito também em relação ao contexto simbólico / institucional e cultural por eles construídos” (Macedo, 2000, p. 143). Isto é, enquanto um elemento que possa dar vida aos depoimentos do cotidiano de idealização e implementação da Animação Cultural, mas que por sua vez não fique aquém da totalidade dos fatos históricos que moldaram a sua construção.

Questões e objetivos pertinentes ao estudo

Diante deste quadro e da proposta de estudo que ora apresentamos, algumas reflexões nos permitem repensar a educação brasileira em suas mais diversas experiências, principalmente quando ligadas a novas formas de elaboração e de atuação da escola frente

aos interesses sociais. Assim, algumas **questões** permeiam nosso estudo: a) Quais elementos políticos e educacionais caracterizavam os CIEPs e, mais especificamente, a atuação dos animadores culturais?; b) Qual a importância histórica deste programa, enquanto uma política pública na área da educação?; c) O que pensavam e pensam os idealizadores da proposta e os animadores culturais sobre os sentidos e significados da animação cultural naquele contexto da educação brasileira?

Partindo das questões evidenciadas temos, como **objetivo**, analisar, historicamente, o processo de idealização e implementação da Animação Cultural no Programa Especial de Educação que implantou os CIEPs no estado do Rio de Janeiro. Como consideramos a sua originalidade no campo institucional da educação uma característica fundante, pretendemos, ainda, resgatar seu contexto político-social e os fatos que marcaram sua implementação, durante os dois governos de Leonel Brizola. Mais do que isso, procuraremos resgatar a Animação Cultural por meio do olhar dos próprios idealizadores da proposta e dos animadores culturais, visando localizar, historicamente, onde uma política para educação se consolida como um projeto de governo, e principalmente, como estas práticas podem trazer avanços para a educação brasileira.